

LEGISLATIVAS 2024 IMPOSTOS

Fiscalidade Portugal tem uma carga fiscal menor do que a média europeia, mas os salários baixos das famílias implicam um sacrifício mais pesado para pagar os impostos e as contribuições sociais do que na maioria dos Estados-membros

Pagamos impostos a mais ou estão mal distribuídos?

Textos **ANA SOFIA SANTOS**
Ilustração **TIAGO PEREIRA SANTOS** com **FREEPIK**

país suporta em impostos e contribuições para a Segurança Social o equivalente a 38% do Produto Interno Bruto (PIB): é o peso mais elevado de uma década, segundo dados do Eurostat, o gabinete de estatísticas europeu. E é igualmente verdade que Portugal tem uma carga fiscal abaixo da média da União Europeia (41%), e muito distante de países como França (48%), Bélgica (46%) e Áustria (44%), sinaliza, numa publicação recente no LinkedIn o Instituto Mais Liberdade, uma organização sem fins lucrativos, cuja missão é “promover os principais pilares da democracia liberal e fomentar a literacia económica e financeira”. Tal não significa, porém, que os portugueses estejam em vantagem, já que o nosso país “é o quarto do espaço comunitário onde o esforço fiscal é maior”, atrás de Grécia, França e Croácia.

O problema? Os baixos rendimentos e, por isso, explica o Mais Liberdade, é que a comparação de carga fiscal entre diferentes países, com níveis de rendimento e preços muito distintos pode gerar ideias longe da realidade. Usar o esforço fiscal como métrica é mais adequado, defende a organização, “porque relaciona os impostos cobrados com a capacidade económica do contribuinte”. Na União Europeia

(UE), os países com maiores rendimentos e mais desenvolvidos têm uma carga fiscal mais alta, mas também é nessas economias que os contribuintes dispõem de maior margem financeira para cobrir os encargos fiscais. E isso não acontece em Portugal.

Um estudo do instituto alemão Ifo confirmou que a classe média em Portugal suporta uma carga fiscal mais baixa do que a média europeia. Com base em dados de 2019, um casal de classe média, em que ambos declaram salários idênticos, com dois filhos, entrega ao Estado uma contribuição fiscal média de 10,5% do rendimento. Esta é a quarta carga fiscal mais baixa entre os 27 Estados-membros e também fica bastante abaixo da média da UE, que, naquele ano, se situou em torno dos 17%. O revés da medalha é que Portugal pontua entre os países onde se ganha pior, ficando em 11º lugar do ranking dos 27 com os rendimentos mais baixos.

Mais economia...

A solução é termos uma economia que permita pagar melhor aos trabalhadores, assinala Luís Leon, fiscalista e cofundador da consultora Ilya. “Estamos a ser chamados a pagar em impostos o resultado de défices sucessivos desde 1974”, faz notar, apesar de, em 2023, as contas públicas terem terminado com um saldo positivo de €4330 milhões, em contabilidade pública, segundo a Direção-Geral do Orçamento, e de a dívida pública se ter situado abaixo dos 100% do Produto Interno Bruto (o que já não acontecia desde 2009).

Na opinião do especialista em impostos, “só podemos fazer uma redução do valor que cada um paga de impostos se existirem mais pessoas ou mais empresas a pagar impostos ou se as pessoas e as empresas que cá estão ganharem mais (ou obviamente uma combinação de ambos)”. Sem se “discutir a sério a criação de riqueza e sem uma cultura favorável à criação de riqueza, nada vai mudar”, vaticina Luís Leon. Ou seja, ciclicamente iremos viver numa montanha-russa de subidas e de descidas de impostos. Na proposta de Orçamento do Estado para este ano, o Governo inscreveu um ‘desconto’ de €1,6 mil milhões no IRS, fruto da atualização dos escalões de rendimento coletável, da revisão do mínimo de existência e da redução nas taxas até ao 5º escalão

do IRS (€27.146 de rendimento anual coletável). Será sol de pouca dura? Luís Leon não tem dúvidas de que assim será, caso não se resolva o nosso “problema económico”, em que os salários baixos “são uma consequência direta da lei da oferta e da procura de trabalhadores e da capacidade que as empresas têm em conseguir traduzir o trabalho produzido em lucros”. É que “quanto mais escassa é a competência de um trabalhador no mercado de trabalho e maior o valor que esse trabalho gera, maior será o salário”.

A carga fiscal sobre as empresas contribui para a falta de competitividade nacional e para a manutenção de vencimentos reduzidos, conclui, por sua vez, o economista Carlos Alves, num estudo recente para a Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (Sedes), da qual é vice-presidente. Países como Portugal, com taxas de tributação elevadas, tendem a ter empresas menos competitivas, mais endividadas e com salários mais baixos, além das consequências ao nível da estrutura de capitais das empresas ou do tipo de investimento que o país consegue captar, diz o estudo “Reflexão sobre as implicações concorrenciais da elevada carga tributária sobre o rendimento das empresas”. É que, perante uma carga fiscal mais expressiva, as empresas para competirem nos mercados internacionais e nos bens transacionáveis compensam essa tributação com a redução de custos em áreas como os salários, para terem uma margem antes de impostos superior, assinala o professor.

Carlos Alves traça o retrato da tributação das empresas notando que o Estado se pode “apropriar de 50,68% dos resultados gerados por uma empresa”. “Na realidade, se esta for tributada em sede de IRC à taxa máxima de 31,5% [taxa nominal de 21%, mais derramas] e distribuir 100% dos resultados líquidos, aplicando-se a taxa de tributação dos dividendos (28%), os acionistas apenas ficarão com 49,32%. Menos de metade”, segundo as suas contas.

Não hesita em responder que não só pagamos impostos a mais, como estes estão mal distribuídos. “Em Portugal a carga fiscal e, sobretudo, o esforço fis-

cal são dos mais altos da UE”, reitera. No que respeita ao IRC, “40,6% das empresas portuguesas não pagam imposto, de acordo com as mais recentes estatísticas da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT)” e acrescenta que “há, também, uma elevada concentração da tributação do IRS numa reduzida parte dos contribuintes (cerca de 20% asseguram cerca de 80% da receita total)”.

... e economia subterrânea

Outro problema, assinala, é a atividade subterrânea que escapa à tributação, o que também é um entrave à descida do nível dos impostos. “Um estudo da Faculdade de Economia do Porto dá conta de que a economia não registada representa quase 35% do PIB. Isto é uma brutalidade”, afirma.

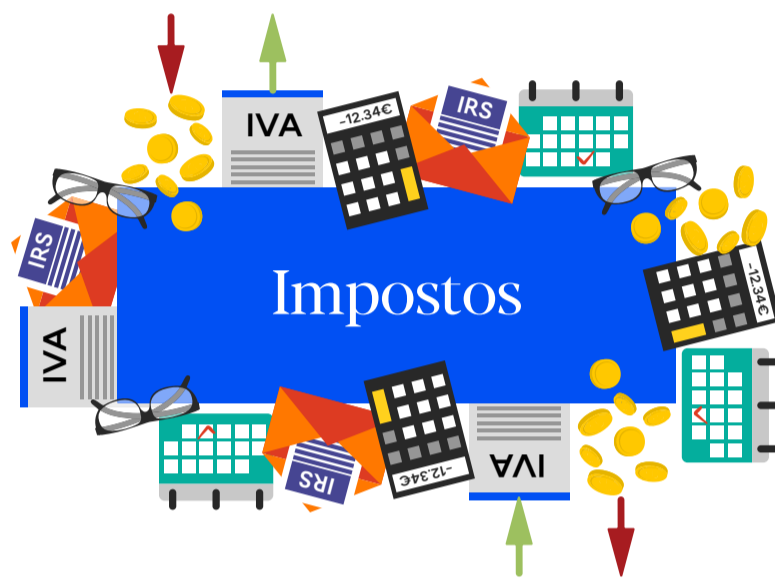
Tal cenário é confirmado por Nuno Barroso, inspetor tributário e presidente da APIT — Associação Sindical dos Profissionais da Inspeção Tributária e Aduaneira: “Somos um país em que a fuga aos impostos continua a ser uma espécie de desporto nacional”, não obstante “o trabalho feito nas duas últimas décadas pela AT, que tem vindo a contribuir para que não seja uma realidade tão fácil de manter”, disse ao Expresso na iniciativa “Ministérios Sombra”, no âmbito da qual, a propósito das legislativas, têm sido ouvidos diversos especialistas sobre temas fundamentais para a sociedade portuguesa. Para o dirigente, tal postura perante o incumprimento só muda com investimento “em cidadania fiscal e isso não tem acontecido independentemente da cor dos governos”.

Também Rogério Fernandes Ferreira, ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (durante o segundo Governo de António Guterres), assinala que “pagamos impostos a mais”, “estão mal distribuídos” e, além de “um problema de carga fiscal excessiva”, temos baixos rendimentos. “No IRS, as nossas taxas poderão estar alinhadas com a média europeia, mas a realidade dos escalões e dos salários reais não está” e isso “estrangula a progressão salarial, uma vez que um salário melhor não significa necessariamente uma melhoria efetiva na disponibilidade financeira”.

Os escalões do IRS vigente persistem em aplicar taxas muito altas a rendimentos que são modestos, explica o advogado e fiscalista, “incentivando, ainda mais, a saída de pessoas e bens para o estrangeiro”. A solução? “É preciso reduzir a progressividade do IRS, quer nos escalões intermédios quer nos mais elevados, incluindo taxas adicionais.”

Rogério Fernandes Ferreira defende que é preciso pôr a economia a crescer a sério e aumentar a produtividade, além de se “reduzir a dimensão do Estado”. O antigo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais realça ainda que “os salários não crescem por decreto, apenas se forem criados novos empregos e empresas mais eficientes e com capitais estrangeiros”.

assantos@expresso.imprensa.pt



FRASES

“[IRS alto sobre salários baixos] incentiva a saída de pessoas e bens para o estrangeiro”

Rogério Fernandes Ferreira
Ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

“Há uma elevada concentração da tributação do IRS numa reduzida parte dos contribuintes”

Carlos Alves
Economista

“[Sem se] discutir a sério a criação de riqueza e sem uma cultura favorável à criação de riqueza, nada vai mudar”

Luís Leon
Fiscalista

PORTUGAL PONTUA ENTRE OS PAÍSES ONDE SE GANHA PIOR, FICANDO EM 11º LUGAR DO RANKING DOS 27 COM OS RENDIMENTOS MAIS BAIXOS



IVA

-12.34€

IRS

